

Odebrecht pede que Toffoli estenda efeitos da suspensão de multa da J&F

 veja.abril.com.br/brasil/odebrecht-pede-que-toffoli-estenda-efeitos-da-suspensao-de-multa-da-jf/mobile

Depois de o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli suspender multa bilionária da J&F, o grupo Novonor, que herdou a administração da construtora Odebrecht, formalizou pedido para que o benefício também seja estendido ao acordo da empresa, com multa de 3,8 bilhões de reais, também firmado no âmbito da Lava-Jato. A manifestação foi feita na última terça-feira, 9, e já consta no processo, que está sob sigilo.

Na petição, a Odebrecht argumenta que os fatos que motivaram a petição da J&F — a empresa alega que houve abusos da Lava-Jato no momento em que seu acordo foi firmado — também se aplicam ao contrato assinado pela construtora. O documento afirma ainda que, no seu caso, tais abusos tiveram maior gravidade, já que foram celebrados diretamente com a força-tarefa da operação. No caso da holding da JBS, as tratativas foram feitas com a Força-Tarefa das Operações Greenfield, Sépsis e Cui Bono.

A Odebrecht cita também que “o contexto de ilegalidades verificado” no acervo de mensagens trocadas entre membros do MPF, o ex-juiz Sergio Moro e outras autoridades, o que foi alvo de investigação da Operação Spoofing. E diz que “tal como ocorreu em relação à J&F, existem claros sinais de que o acordo de leniência firmado pela Novonor não se deu sob adequadas balizas de voluntariedade” — ou seja, alega que houve algum grau de coação para que assinasse o contratos nos termos propostos. A construtora é representada pelo advogado Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch.

Com a manifestação, a construtora pede os mesmos benefícios concedidos à J&F por Toffoli: acesso integral às informações colhidas na Operação Spoofing, a suspensão das parcelas de sua multa, até que revise essa documentação, além de uma autorização para reavaliar os termos de seu acordo de leniência junto a Procuradoria-Geral da República, Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União.

Procurada, a Novonor disse que não vai se manifestar.

Multa suspensa da J&F é de R\$ 10 bi

No fim de dezembro, Toffoli acolheu pedido da J&F e suspendeu o pagamento da multa da empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista, que totaliza 10,3 bilhões de reais. O ministro do STF também permitiu acesso integral ao material da Operação Spoofing, assim como a reavaliação dos anexos de seu acordo junto à CGU.

O pedido da empresa havia sido apresentado em novembro, após uma redução de cerca R\$ 7 bilhões do valor multa ter sido anulado pelo Conselho Institucional do Ministério Público Federal.

Giro VEJA - quinta, 11 de janeiro

Lewandowski no Ministério da Justiça e brasileiro libertado no Equador



O presidente Lula anunciou nesta quinta, 11, o ex-ministro do STF Ricardo Lewandowski como novo ministro da Justiça e Segurança Pública. O petista afirmou que Lewandowski terá autonomia para montar sua equipe na pasta. A mudança no ministério, a inflação sob controle e o brasileiro libertado no Equador são destaques do Giro VEJA.

Publicidade